



MPF
Ministério Público Federal

Procuradoria
da República no
Rio Grande do Norte

Inquérito Civil – IC – NCA – Cível

Autos n.º 1.28.000.000264/2025-93

10.º Ofício - PR/RN

RECOMENDAÇÃO N.º 1/2025-VMM/PR-RN

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por intermédio do Procurador da República que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas contidas no art. 129, VI, da Constituição Federal, no art. 6.º, XX, e art. 13, ambos da Lei Complementar n.º 75/93, e no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n.º 8.625/93, vem expor e **RECOMENDAR** o que se segue:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu art. 129, III, delineia o Ministério Público como uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 7.347/85, em seu art. 1.º, IV, e a Lei Complementar n.º 75/93, em seus art. 5.º, III, "b", e art. 6.º, VII, "b", conferem ao Ministério Público a legitimidade para promover a defesa dos interesses difusos e coletivos, assegurando a proteção dos direitos fundamentais e a fiscalização do cumprimento das normas constitucionais;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n.º 75/93, em seu art. 6.º, XX, prescreve que compete ao Ministério Público da União expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;



MPF
Ministério Público Federal

Procuradoria
da República no
Rio Grande do Norte

CONSIDERANDO que a recomendação é instrumento não coercitivo de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como, instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas, conforme previsto no art. 1º, *caput*, parágrafo único, da Resolução CNMP n.º 164/2017;

CONSIDERANDO que tramita no 10.º Ofício do Núcleo de Cidadania e Ambiental (NCA) desta Procuradoria da República no Rio Grande do Norte o Inquérito Civil n.º 1.28.000.000264/2025-93, instaurado com o objetivo de apurar possível irregularidade contida nos Editais n.º 22/2025 e n.º 23/2025, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, concernente à exigência de comprovação da efetiva doação de medula óssea para fins de isenção da taxa de inscrição do concurso público em questão;

CONSIDERANDO que, no item 8.1 dos editais citados, prevê-se a isenção do pagamento de taxa de inscrição do concurso aos candidatos: “II - *doadores de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde*”¹;

CONSIDERANDO que, contudo, em seus itens 8.2, os dois editais preveem que “Os *candidatos doadores de medula óssea deverão anexar no formulário de inscrição atestado ou laudo emitido por médico de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, inscrito no Conselho Regional de Medicina, que comprove que o candidato efetuou a doação de medula óssea, bem como a data da doação*”;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 13.656, de 30 de abril de 2018, estabelece, em seu art. 1º, que “São isentos do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente em órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União: (...) II - os candidatos doadores de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde”;

¹ Fonte: <https://www.comperve.ufrn.br/conteudo/concursos/ufrn_2025_22_23/edital.php>. Acesso em 25 fev. 2025.



CONSIDERANDO que a citada lei não especifica, em seu texto, se, para fazer *jus* ao benefício da isenção da taxa de inscrição, o candidato precisa ter efetivado a doação de medula óssea, ou se apenas a inscrição no banco de dados do REDOME já é suficiente;

CONSIDERANDO que a *mens legis* da Lei n.º 13.656, de 30 de abril de 2018 é de estimular a população à doação de medula óssea;

CONSIDERANDO que a realização de doação de medula óssea depende da prévia avaliação de compatibilidade da medula do doador com a do paciente à qual seria dirigida;

CONSIDERANDO que, segundo estatística divulgada pela Secretaria de Estado de Saúde do Mato Grosso do Sul², estima-se que a chance de se encontrar um doador compatível é de 1 (uma) em 100 (cem) de doadores aparentados, e de 1 (uma) em 100.000 (cem mil) entre não aparentados, tornando, assim, diminuta a chance de compatibilidade;

CONSIDERANDO que o Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME) se presta a reunir informações de pessoas dispostas a doar medula óssea para quem precisa de transplante;

CONSIDERANDO que, portanto, o cadastro no REDOME coloca o potencial doador à disposição para futuras doações, não ficando a seu critério definir quando e se a doação ocorrerá, mas à mercê da localização de receptor compatível;

CONSIDERANDO que, ao impor que seja exigido obrigatoriamente a doação efetiva da medula para a obtenção do direito, os editais restringem demasiadamente a amplitude do benefício, contrapondo-se assim ao espírito que iluminou o propósito da isenção instituída na Lei n.º 13.656/2018;

² Fonte: <<https://www.saude.ms.gov.br/com-100-de-compatibilidade-e-cadastrado-ha-20-anos-doador-de-medula-ajuda-a-salvar-vida/>>. Acesso em 25 fev. 2025.



MPF
Ministério Público Federal

Procuradoria
da República no
Rio Grande do Norte

CONSIDERANDO que, seguindo a mesma linha de pensamento, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) decidiu, em caso análogo, que “[...] a exigência do edital regulador do certame no sentido de que o candidato comprove a efetiva doação de medula óssea, a fim de obter a isenção do pagamento da taxa de inscrição, oferece interpretação indevidamente restritiva e fora dos fins almejados pela Lei nº 13.656/2018, o que não se admite”³;

CONSIDERANDO que, do mesmo modo, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), ao decidir sobre caso semelhante, entendeu que “[...] A isenção da taxa de inscrição em concurso público exige apenas a prova da inscrição do doador em entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, conforme dicção do artigo 1º, II, da Lei nº 13.656/2018, não havendo vinculação da referida isenção à efetiva doação de medula óssea”⁴;

RESOLVE:

³ “ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CEBRASPE. PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO. DOADOR DE MEDULA ÓSSEA. LEI Nº 13.656/2018. COMPROVAÇÃO DA EFETIVA DOAÇÃO. DESNECESSIDADE. EXIGÊNCIA DESARRAZOADA. FATO CONSUMADO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. I A Lei nº 13.656/2018, que objetiva incentivar a formação de uma rede de potenciais doadores de medula óssea, prevê que são isentos do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos os candidatos doadores de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, cuja condição se adquire com o cadastro no Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea REDOME. II - Na espécie, a exigência do edital regulador do certame no sentido de que o candidato comprove a efetiva doação de medula óssea, a fim de obter a isenção do pagamento da taxa de inscrição, oferece interpretação indevidamente restritiva e fora dos fins almejados pela Lei nº 13.656/2018, o que não se admite. III - Registre-se, ainda, que, na espécie dos autos, por força de decisão liminar proferida em 13/03/2023, foi assegurada ao impetrante a isenção da taxa de inscrição no certame em questão, impondo-se a aplicação da teoria do fato consumado, haja vista que o decurso do tempo consolidou uma situação fática amparada por decisão judicial, sendo desaconselhável a sua desconstituição. IV - Apelação provida.”

(TRF-1 - APELAÇÃO CÍVEL: 10182308720234013400, Relator.: DESEMBARGADOR FEDERAL EDUARDO MARTINS, Data de Julgamento: 10/04/2024, QUINTA TURMA, Data de Publicação: PJe 10/04/2024 PAG PJe 10/04/2024 PAG).

⁴ “ADMINISTRATIVO. TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. ISENÇÃO PARA DOADORES DE MEDULA ÓSSEA. REQUISITO. INSCRIÇÃO NO REDOME. 1. A isenção da taxa de inscrição em concurso público exige apenas a prova da inscrição do doador em entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, conforme dicção do artigo 1º, II, da Lei nº 13.656/2018, não havendo vinculação da referida isenção à efetiva doação de medula óssea. Precedentes do TRF-4ª Região. 2. Recurso a que se nega provimento.”

(TRF-4 - RECURSO CÍVEL: 50242241120234047000 PR, Relator.: GERSON LUIZ ROCHA, Data de Julgamento: 27/02/2024, PRIMEIRA TURMA RECURSAL DO PR).



MPF
Ministério Público Federal

Procuradoria
da República no
Rio Grande do Norte

RECOMENDAR:

À Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN a imediata retificação dos Editais n.º 022/2025 e n.º 023/2025, correspondentes ao concurso para o cargo de Técnico Administrativo da UFRN, para que a isenção da taxa de inscrição no concurso público em questão passe a exigir apenas a prova da inscrição do doador em entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, conforme dicção do artigo 1º, II, da Lei n.º 13.656/2018, afastando a vinculação da referida isenção à *efetiva* doação de medula óssea.

REQUISITO, considerando a proximidade do período de preenchimento do formulário de inscrição com a solicitação de isenção (de 10 a 21 de março de 2025), que a autoridade recomendada **se pronuncie, no prazo máximo de 5 (cinco) dias**, a respeito do acatamento desta **RECOMENDAÇÃO** ou explique os motivos de sua recusa. A partir da data da entrega da presente recomendação, o **Ministério Público Federal** considera seu destinatário como pessoalmente ciente da situação ora exposta, **bem como de que o descumprimento da presente poderá ensejar a propositura, pelo Ministério Público Federal, das medidas judiciais cabíveis, notadamente previstas na Lei n.º 7.347/85 (Lei de Ação Civil Pública - LACP) e nas convenções e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.**

Por fim, registre-se que a presente **RECOMENDAÇÃO** dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências solicitadas, e poderá implicar na adoção de todas as providências administrativas e judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, contra os responsáveis em face da violação dos dispositivos legais e direitos acima referidos.

Natal (RN), 25 de fevereiro de 2025.

(assinado digitalmente)

Ronaldo Sérgio Chaves Fernandes

Procurador da República,

em substituição legal no 10.º Ofício